



A formação do Rio Grande do Sul em *Um quarto de légua em quadro*, de Luiz Antonio de Assis Brasil: da utopia à distopia

Juliane Cardozo de Mello*

“Abraçados, choravam, pedindo a Deus que algum dos tiros que faziam da praia os atingisse, para apagá-los também do rol das coisas vivas, para puni-los por tão somente desejarem ser felizes em seu quarto de légua em quadro”.

Assis Brasil

O presente ensaio objetiva perscrutar a formação do Rio Grande do Sul através do romance *Um quarto de légua em quadro* (1997), de Luiz Antonio de Assis Brasil, que se dá entre o sonho e a realidade dos portugueses que imigraram para o Brasil no anseio de encontrar riquezas e se depararam com um clima e uma região inóspitos, o descaso da Coroa portuguesa e a miséria. Além disso, o personagem central, Gaspar de Fróis, será pensado em contraposição aos demais colonos, uma vez que não sustenta a utopia da terra prometida. Sua vinda para o Brasil foi uma fuga sem êxito; o sofrimento pela perda da mulher e do filho é duplicado em um novo fracasso que, unido ao dos demais portugueses, leva-o à loucura.

* Doutoranda em História da Literatura na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O romance narra, através da perspectiva do médico Gaspar de Fróis, o processo migratório e a colonização portuguesa no Rio Grande do Sul. A saga do doutor Gaspar e a dos colonos se fundem e se complementam, uma vez que nenhum deles alcançou o intento almejado na vinda para o Brasil: seja o “quarto de légua em quadro”, seja o esquecimento da perda da esposa e do filho.

A formação do Rio Grande do Sul

O romance *Um quarto de légua em quadro* narra um período muito importante na formação do Rio Grande do Sul: a imigração e a povoação de cidades como Rio Grande pelos colonos portugueses, denunciando o descaso da Coroa com os habitantes das Ilhas, um conjunto de pessoas marginalizadas já na pátria de origem. Vieram para o Brasil em uma condição ainda mais inferior perante os primeiros portugueses que se estabeleceram na Colônia.

– Talvez nós, açorianos, nunca chegaremos a entender os reinos. Nunca entenderemos por que somos sempre preteridos em relação ao pessoal da metrópole. Veja agora: há que tapar um buraco, há uma região difícil, toca a reunir os ilhéus e, quer queiram, quer não queiram, devemos ir. Foi um embuste muito bem aplicado. Quando tudo parecia pronto, quando os colonos estão prestes a receber suas terras, quando pensavam já terminada a sua provação, eis que se apresenta a novidade: povoar lugares perdidos, numas Missões que nem se sabe ao certo onde ficam. Acho que por esses motivos o desentendimento entre portugueses e ilhéus será perene (Assis Brasil: 1997, 38).

Para compreendermos melhor a formação do Rio Grande do Sul, narrada no romance em análise, alguns dados históricos são necessários. A primeira metade do século XVIII foi marcada pela ampliação e consolidação do processo expansionista colonial, já que as antigas nações hegemônicas – Portugal e Espanha –, após o fracasso da União Ibérica, foram perdendo espaço para nações como a Holanda, a França e a Inglaterra.

Com as perdas na Europa, Portugal irá eleger a América como foco de atenção, criando em 1680 a Colônia de Sacramento. A ocupação oficial portuguesa no Rio Grande do Sul se concretizará em 1737, com a expedição de Brigadeiro José da Silva Paes, criando o Presídio Jesus-Maria-José como ponto de apoio à Colônia de Sacramento, a fim de evitar a expansão dos espanhóis.

Surge, então, um povoado nas proximidades do presídio, assim como um Regimento de Dragões, ou seja, tropas especiais que atuavam como cavalaria e infantaria. Os Dragões, como eram denominados os soldados enviados para o Rio Grande, consistiam em tropas com grande capacidade de improviso e mobilidade tática, habilidades essas necessárias para enfrentar as adversidades encontradas na província devido às condições climáticas e também à precariedade de recursos na fase ainda inicial de colonização. A necessidade de povoamento fez com que a Coroa promettesse terras e abastecimento ao povoado – o que não ocorreu, gerando uma situação de miséria que atingiu militares e toda a população civil.

Os militares eram agredidos por seus superiores, muitas vezes tratados como prisioneiros e, além de terem os soldos atrasados e de lhes faltarem alimentos e fardamentos, eram torturados devido a motivos particulares. Esses fatos causaram grande

insatisfação. Com início em 5 de janeiro de 1742, a Revolta dos Dragões objetivava melhorias a respeito desses problemas, não se caracterizando como uma revolução militar, mas como uma revolta de cunho social, pois os militares denunciavam a precária situação dos habitantes de Rio Grande e o povo apoiava os revoltosos.

Os militares reclamavam o que lhes fora prometido, bem como condições de subsistência para todos, uma vez que nem mesmo o hospital deixava de ser alvo do descaso, tendo a sua comida extraviada para outras partes. Outra reivindicação se referia ao abuso de poder dos superiores, que os punia por qualquer suspeita de deserção e até sem motivos específicos. Isso se relaciona ao fato de que a Coroa, em seus intuítos colonizadores, não podia perder a pequena população que tinha constituído.

A revolta é silenciada com o “perdão” concedido por Osório Cardoso e ratificado por Gomes Freire de Andrada. O governo, por questões políticas, não podia enfrentar os soldados e causar deserções, o que não era conveniente à Metrópole, que visava expandir o povoamento. Ademais, as tropas eram extremamente necessárias para a proteção do território português, que sofria com invasões espanholas. Com isso, algumas concessões foram feitas em favor dos soldados: direito a ter um cavalo e uma canoa; afastamento de alguns superiores devido às acusações; promessas de melhorias com relação à alimentação.

A insatisfação dos militares continuou, entretanto logo foi aplacada por promessas de liberação dos soldos atrasados e também pela garantia de perdão da Coroa. Vê-se, com isso, que as pequenas concessões dadas aos soldados estiveram sempre contemplando os intuítos das autoridades reais e submetidas à vontade dos oficiais.

No romance, Gaspar de Fróis descreve a Revolta dos Dragões sob a perspectiva de um dos ex-soldados na micronarrativa apresentada a seguir, que diverge da história oficial.

Horas em redor do fogo, o estancieiro contando os tempos de Silva Pais. De Ribeiro Coutinho. Da revolta que ele, como soldado, participou em... deixa ver... 42. O pobre do Coutinho teve de perdoar a todos. Imagine: vinte e dois meses estavam sem receber o soldo nem fardamento! A rudeza dos oficiais, dos tenentes, que nem permitiam aos soldados irem ao Estreito para uma farra maior. Sim, porque no Rio Grande mesmo não dava. Os frades em cima, de olho. Depois descobriram que os barbadinhos eram piores que os soldados. Mas, ôôôô raça imunda essa dos tenentes! Os capitães e os coronéis eram os melhores. Mas os tenentes!... havia que fugir deles como o diabo da cruz! (Assis Brasil: 1997, 70).

Outro aspecto importante para a formação do Rio Grande do Sul e para a compreensão da obra é o Tratado de Madri, que demarcou os limites do território, sendo um dos motivos dos conflitos entre espanhóis e portugueses, como é exposto no romance. O Tratado de Madri foi um acordo celebrado em 1750 que se caracterizava pelo espírito das compensações territoriais e determinava que a Colônia de Sacramento fosse propriedade da Espanha, recebendo Portugal os Sete Povos das Missões, região ocupada por reduções jesuíticas espanholas.

O tratado, no entanto, não se limitava à “troca” de uma região por outra, pois seus idealizadores buscavam pôr fim a uma questão que trazia problemas aos dois lados: os espanhóis jamais

aceitariam a presença lusitana no estuário do Rio da Prata, tendo em vista as amplas possibilidades que se abriam para a prática do comércio ilícito, francamente prejudicial ao pacto colonial. A compensação portuguesa não estava reduzida aos Sete Povos, pois o tratado garantia a Portugal as vastas regiões pelas quais os luso-brasileiros avançaram em relação ao Tratado de Tordesilhas: uma imensidão de terras que compreendia parte do nordeste, do norte e o centro-oeste brasileiro, incluindo aí as regiões da Bacia Amazônica e aquelas onde a mineração florescia.

No romance, Fróis expõe os problemas da demarcação para vários colonos. Todavia, seus argumentos são soterrados pela visão do inconformado Laio, fazendo-o refletir.

O tratado... a demarcação... um bonito papel, assinado em Madri, por dois titulares enluvados, em uma sala ricamente mobiliada, sob o olhar terno de algum príncipe da Igreja cheirando rapé. Gente que de poeira só conhece a que levanta de sua carruagem com destino às festividades oficiais e menos oficiosas. E a fidalguia: América? Onde? Ahn... Com um monóculo. Aqui embaixo? Que rio é esse? Como? Da prata? Então deve dar muita prata! E aqui... deixe ver... Rio... Rio Grande de São Pedro. *Pero es de Portugal! Sí, sí, claro, es desde 37, no?* É mesmo. *Y acá? Misiones... es nuestra, no?* Desculpe. *Cambiamos por la Colônia del Sacramento, verdade?* (Assis Brasil: 1997, 81; grifos do autor).

Os dados históricos arrolados acima servem para apontar a importância do povoado de Rio Grande como ponto estratégico para a expansão territorial portuguesa no sul do Brasil, para ressaltar a miséria em que viviam os portugueses dez anos antes do

período em que se passa o romance e para ilustrar o descaso da Coroa portuguesa com os militares que defendiam o território das invasões espanholas.

Ademais, o Tratado de Madri, como fato histórico, é fundamental para o desenvolvimento da trama romanesca, visto que é por causa da demarcação que os colonos são enviados para Rio Grande – e alguns, posteriormente, para o porto de Dorneles, a fim de esperarem que as terras dos Sete Povos das Missões fossem entregues aos portugueses, como se acordara no tratado. O cumprimento do acordo entre espanhóis e portugueses, como solução para os problemas encontrados no sul do Brasil, é uma utopia do governo português que gera, no romance, a degradação dos colonos à espera do seu quarto de légua em quadro.

Ao considerarmos que *Um quarto de légua em quadro* narra a formação do Rio Grande do Sul, não nos podemos esquecer de sua relação implícita com *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo, principalmente com *O continente*. Essa parte da obra, em sua cronologia e genealogia, principia com o personagem Pedro Missioneiro, filho de índia com bandeirante paulista, apontando para a miscigenação característica do Brasil e narrando a tomada dos Sete Povos das Missões, posterior ao narrado na obra de Assis Brasil, que pode ser considerada um capítulo inicial que marca a formação do “continente”.

Pedro Missioneiro, na obra de Veríssimo, se envolve com Ana Terra, que dá à luz Pedro Terra (uma mescla de elementos identitários brasileiros, portugueses e indígenas). A mulher e a criança, após perderem tudo nas mãos dos espanhóis, iniciam a geração da família que viverá em Santa Fé, cenário da trama que une os Terra – e, posteriormente, os Terra Cambará – ao desenvolvimento do povoado e aos acontecimentos históricos mais representativos do

Rio Grande do Sul no século XIX e XX: a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista.

O *continente* abarca um período histórico extenso e narra a história de uma família desde sua gênese, ao mesmo tempo que relata a saga do povo rio-grandense entre a plantação e as guerras. *Um quarto de légua em quadro* trata de um período histórico fundamental para o Rio Grande do Sul: a povoação e a demarcação de seu território sob uma perspectiva que repensa o português não como o explorador que “roubou” as terras dos brasileiros, mas como um povo miserável que também foi abandonado pela Coroa e subjugado pela ganância da Metrópole. O Brasil, terra dos sonhos, da felicidade e da riqueza – inexistentes já em Portugal –, torna-se um pesadelo, uma decepção.

Da utopia à distopia: a transculturação do colono português

O romance é composto por três diários, que narram, sem uma cronologia linear, trechos da viagem ao Brasil: a chegada ao Desterro, a viagem e estada em Rio Grande, e a mudança para Viamão. Há um narrador organizador que escreve a “notícia do editor de 1780” e a “notícia do editor” ao final do livro e que interfere no diário com considerações pessoais e com a inserção da correspondência que Gaspar escreve ao amigo Dom Pedro, na qual relata um dos tempos não descritos nos cadernos: o período em que viajou com Gomes Freire, em meio às tentativas de demarcação do território português.

O romance de Assis Brasil adota um posicionamento interessante com relação à figura do português – sempre tido como o colonizador, como o explorador das terras brasileiras –, centrando-se

na figura de um imigrado clandestino e dos colonos que passaram do sonho de uma vida melhor, do anseio por riquezas, da utopia, à distopia, ou seja, ao desengano que foi a colonização, ao descaso da Coroa portuguesa, que se preocupava mais com a demarcação do que com a sobrevivência dos seres que traziam para povoar o Brasil. Personalidades históricas, como Gomes Freire de Andrada e Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, são humanizadas, já que se empenham para de certa forma alocar os colonos e dar-lhes condições de vida adequadas – tentativas frustradas pela falta de recursos.

A narrativa das idas e vindas do médico e dos colonos aponta para a transitoriedade como característica da América e componente de sua identidade, uma vez que ela é ambiente de uma série de processos migratórios, seja dos colonizadores, seja dos escravos que vinham contra a própria vontade, seja dos imigrantes, já no século XIX, que substituíram a mão de obra escrava, pois, como nos diz Zilá Bernd,

temos destacado o conceito de mobilidade como uma característica dominante das culturas americanas, manifestando-se através de passagens, deslocamentos e transferências presentes em todos os níveis: cultural, discursivo, temporal, espacial. [...] as mobilidades configuram a identidade americana (2010, 67).

O papel da utopia e da distopia é fundamental no romance, pois aponta para as projeções realizadas a respeito da América, já evidentes nas cartas dos primeiros colonizadores (espanhóis e portugueses), que fundaram alguns mitos europeus com relação ao novo território.

As primeiras utopias foram construídas tendo por base um certo número de fragmentos míticos europeus adaptados ao novo

cenário, inaugurando desse modo as passagens transculturais que caracterizam as culturas da Américas (Bernd: 2010, 68).

A América sonhada, imaginada, prometida, o Brasil com território vasto e clima próprio para a plantação, como vemos, por exemplo, nas palavras de Américo Vespúcio – “certamente, se o paraíso terrestre estiver em alguma parte da terra, creio não estar longe daquelas regiões, cuja localização, como disse, é para o meridiano, em tão temperado ar que ali nunca há invernos gelados e verões férvidos” (2003, 47) –, é a mesma esperada pelos portugueses que, já na viagem, “nada mais podem fazer do que ficar sentados, conversando e alimentando sonhos para o Brasil” (Assis Brasil: 1997, 16).

No entanto, as terras prometidas são negadas aos portugueses que povoaram o Rio Grande do Sul; não havia um lugar fixo para eles. Desembarcavam no Desterro e eram enviados de um lugar a outro, sem que o edital fosse cumprido. O fidalgo Dom Pedro, ao olhar para os livros de Gaspar, em uma prolepse de seu futuro, afirma:

– De nada me servirão, no Brasil. Melhor será que eu aprenda a época do plantio da cevada e da colheita do linho. – Com um gesto indolente pegou a “Utopia”. Leu o título. Esgazeou-me um riso desalentado. – Verdadeiramente, é isto que vivemos! (Assis Brasil: 1997, 22).

As utopias americanas fracassaram, pois, como afirma Gérard Bouchard, “o novo continente não se mostrou melhor que o antigo do ponto de vista das relações sociais (exploração, desigualdades), da relação Estado-cidadão (violação dos direitos, ditadu-

ras), da relação com o meio ambiente (poluição, destruição etc.)” (*apud* Bernd: 2010, 69; tradução nossa). As desigualdades sociais e as dificuldades encontradas no país de origem – no caso do romance em análise, Portugal – não são extintas com a vinda para o Brasil, pois no novo ambiente há os mesmos abusos de poder, descaso, corrupção etc. A desigualdade social, que Dom Pedro denuncia ao falar da “falta” de terras nas Ilhas, é a mesma encontrada na Colônia.

No primeiro caderno do diário, conhecemos o narrador, Gaspar Fróis, 46 anos, viúvo e sem filhos, médico que diminui as dores e o sofrimento dos viajantes, mas que não consegue lidar com a própria dor. Apesar de dividir o mesmo espaço com os demais, não consegue ser como eles:

Naquele momento, dei-me conta de como estou longe deste povo, metido nesta bojuda embarcação, emparedados uns contra os outros, gemendo as mesmas dores, curtindo os mesmos desesperos, ansiando as mesmas tênues esperanças. Absorto comigo, desempenhando meu ofício com perícia e isenção, tornava-me um engenho de curar. E só. Procurando fugir, desenredar-me das minhas fontes de sofrimento, deleitava-me com um jogo em que esquecia que também sou das Ilhas, agora tão distantes, tão pequenas, tão minúsculas na carta geográfica que a mão gordalhuva do Eleutério perpassa, esmagando com o polegar a Terceira, sujando com o indicador as Flores e o Faial. Cuspindo a baba sonolenta sobre São Jorge e o Pico (Assis Brasil: 1997, 23).

Gaspar não comunga da utopia de chegar ao Brasil e enriquecer, ganhar terras, progredir economicamente. Anseia diminuir o seu sofrimento e, para isso, envolve-se com o desalento dos que

o rodeiam. O trecho citado aponta para essa tomada de consciência do personagem. Entretanto, já em meio à viagem, sua utopia pessoal é abalada pelas lembranças de Ana.

Ao chegar ao Brasil, Gaspar afirma estar à frente de seu destino. No Desterro, descobre o que realmente espera os colonos: a falta de terras, a viagem ao Rio Grande, a estada provisória, pois sua verdadeira função era povoar as Missões, ocupadas pelos jesuítas e pelos índios. O meio que encontra para entender os acontecimentos é a escrita. Talvez essa maneira de compreensão o faça não ter ilusões, ao contrário de seus compatriotas: “o sofrimento, tão brutalmente apresentado, serviu para dar-me, na pior das hipóteses, uma visão mais humana da vida e das coisas” (Assis Brasil: 1997, 32).

O não pertencimento ao local para o qual migram e, em contraponto, a aceitação dessa nova terra como um lar, em um processo de transculturação, são problemáticas abordadas no romance. O termo “transculturação” foi criado em 1940 pelo cubano Fernando Ortiz em contraposição ao termo “mestiçagem”, carregado de conotação pejorativa aos mestiços, considerados muitas vezes inferiores aos brancos. Para Ortiz, o vocábulo¹ que cria designa

as fases do processo de transição de uma cultura a outra, já que este não consiste somente em adquirir uma cultura diferente, como sugere o sentido estreito do vocábulo anglo-saxão, aculturação, mas implica também necessariamente a perda ou desligamento de uma cultura precedente, o que poderia ser chamado

1 Dentre todos os conceitos utilizados pela teoria e pela crítica literárias para tratar do entrecruzamento de culturas (mestiçagem, criolização), optamos aqui por “transculturação”, por acreditarmos que este termo se afasta da problemática racial, centrando-se na esfera da cultura, que é o aspecto que nos interessa na leitura do romance de Assis Brasil.

de uma parcial desculturação, e, além disso, significa a consequente criação de novos fenômenos culturais que poderiam ser denominados neoculturação. [...] No conjunto, o processo é uma transculturação e este vocábulo compreende todas as fases da trajetória (*apud* Reis: 2005, 467).

O processo de transculturação já é iniciado na viagem, quando Fróis afirma que “*a cada milha que navegamos, algo vai ficando de mim no rastro da espuma. E os pedaços são comidos avidamente pelas gaivotas, que não sabem sofrer e nem a razão por que são felizes*” (Assis Brasil: 1997, 15; grifo do autor). Entretanto, esse processo torna-se cada vez mais conflituoso, pois ao mesmo tempo que o personagem resiste em manter residência fixa, para não criar vínculos com a nova terra, envolve-se com uma mulher que será um meio para esquecer o que vivera nas Ilhas: Maria, “*uma mulher a par de tudo. O que é raro. Nossas mulheres são boas, dedicadíssimas, mães no esplendor da palavra, mas falta-lhes maior vivência com as coisas do mundo*” (Assis Brasil: 1997, 36), bem distinta, então, de Ana e das mulheres portuguesas.

A transculturação e a relação com a mulher como uma forma de se apegar à nova terra são expostas na seguinte afirmação:

Eu mesmo, quem seria? Ali, naquela vila batida pelo vento, longe de tudo o que foi meu mundo. Longe da vida. Das coisas. E, pior, procurando agarrar-me a um pedaço de vida, bem diferente da minha. A minha negação. A antítese. A mulher (Assis Brasil: 1997, 45).

Outro personagem que nega, a princípio, a transculturação é Dom Pedro, que, ao chegar ao Desterro, afirma:

– O fato é que nunca estarei bem. Longe das vinhas do Monte Brasil, serei sempre um estrangeiro. Por outro lado, acaso não somos todos nós estrangeiros? Só porque no mapa diz: aqui é terra de Portugal – devemos também sentir assim? É uma contingência. Amanhã, se o castelhano tomar tudo, será terra da Espanha. E daí? Seremos ainda estrangeiros. Nunca, nada será como a terra em que nascemos; adota-se apenas um novo chão, não se é daquele chão. Hoje, por exemplo, casa-se a filha do Eunápio Soeiro com o filho do Almeida. Já se sentem em casa (Assis Brasil: 1997, 34).

Fróis esclarece que os que nasceram no Brasil não podem lembrar de uma terra que não conhecem, não são mais portugueses, são brasileiros, exemplificando um processo natural de transculturação. Dom Pedro, que no Desterro vive num limbo sem ser nem integrante da nobreza e nem do povo, consulta o amigo a respeito de mudar-se para Laguna. O médico responde esclarecendo como se dava a transculturação nos colonos.

– Veja. Aqui já temos um grupo formado. Gente que está trabalhando três, quatro anos. São nossa gente, é verdade, mas começam a perder o fio que os prendia às Ilhas. Sabe o quê? Começam a ser *brasileiros*.

– Brasileiros? – arregalou os olhos.

– É, sim, brasileiros. Verá que com o tempo até mudarão o falar. Esta é a terra que lhes dá o pão. A terra que os recebeu e não perguntou nada. Não é verdade que temos aqui terceirenses, corvinos e de todas as outras ilhas? No entanto, nunca estiveram tão unidos como aqui. O que era próprio de cada ilha agora já

está entrelaçado com o que era próprio das outras, fazendo uma coisa só (Assis Brasil: 1997, 55).

Dom Pedro, meses após a chegada, já em Laguna, familiariza-se com a terra e aceita o seu destino: *“encontro-me em um sítio perto da larga praia, onde tenho podido socorrer-me da Pesca dos fructos do Mar, posto que aqui sam abundantes os peixes e os camarões”* (Assis Brasil: 1997, 96; grifo do autor). A nobreza, a leitura são abandonadas por uma vida mais rude centrada na plantação e na pesca, ou seja, na subsistência de sua família.

O envolvimento de Gaspar com Maria exemplifica uma transformação nesse homem, que esquece as perdas ocorridas em Portugal e passa a viver um drama pelas incertezas que essa relação proibida lhe proporciona (Maria é casada, flerta com Gaspar abertamente, mas apenas uma vez cede ao desejo) – drama compartilhado com o sofrimento dos colonos, que vivem sem saber qual será seu destino final, se as promessas serão cumpridas, se receberão seu quarto de légua em quadro. Mas o personagem se culpa quando sucumbe às suas elucubrações amorosas.

O assunto chamou-me à realidade. Realidade bem maior do que a minha. A realidade de centenas de homens e mulheres que estavam barbaramente sendo vítimas de planos traçados no papel. Culpei-me por estar dando tanta importância ao meu caso, que, bem ou mal terminado, em nada influirá na história (Assis Brasil: 1997, 77).

Maria, a mulher educada na Inglaterra e conhecedora da literatura, é, não somente por ser casada, mas pelo seu mistério e pela sua independência, inacessível a Gaspar, assim como a terra pro-

metida e a estabilidade também o são para os ilhéus. No entanto, será que o médico procura a estabilidade? No Desterro, o governador de Santa Catarina lhe pede para ficar e o mesmo parte para Rio Grande, após ser avisado de que as condições de vida lá eram piores; após um tempo em Rio Grande e em meio ao desprezo de Maria, o médico viaja com Gomes Freire, que anseia pela demarcação. Ao voltar e perder também o filho, desloca-se para Viamão; mantém-se, então, sempre migrante, sem raízes, sem terra, sem tornar-se brasileiro como alguns colonos; ele não cede à utopia. A prática diária da medicina o prende à realidade; a sua ausência, ao final do romance, o entrega à loucura.

Fróis torna-se, em Rio Grande, um ponto de referência e informação para os Ilhéus, uma vez que, além de médico, mantém relações com os governantes. Sua função é constantemente aterrador: tirar as esperanças dos que ainda acreditam que, em um futuro próximo, terão o que lhes foi prometido. Até nos casos de loucura é o médico tido como alguém superior, “o paizinho”, nas palavras do louco. O narrador afirma: “um homem que nunca viu... ou, ao menos, não me lembro. Um aperto na garganta, que veio do peito e foi subindo. [...] Por que não dizer? – uma vontade de chorar também” (Assis Brasil: 1997, 92).

Ao final do segundo caderno de seu diário, Gaspar faz um resumo do que vivera até ali e, com isso, retrata o que as famílias que imigraram para o Brasil passaram também, sem que, contudo, haja uma delimitação entre os seus problemas e os dos demais colonos. O personagem, que antes não se via como pertencente a esse grupo, agora está indissociado dele:

Deixei passar o meio-dia. Enquanto comia, vogava pela cabeça tudo o que me acontecera, em menos de um ano: a viagem, eivada

de mortes, mal-de-Luanda e tempestades. O lento consumir-se de uma gente tão cheia de esperanças, quando embarcou. O Desterro, a segunda povoação. O amor. O Rio Grande, com a consumação e a posse tão desejada. Em seguida, a terceira provação do povo predestinado a sofrer. E a decepção da posse não seguida da felicidade. Acompanhada de humilhação (Assis Brasil: 1997, 94).

O segundo caderno termina com a decisão da partida, no dia 10 de junho de 1752, e o terceiro caderno começa no dia 10 de fevereiro de 1753. Há, então, um lapso temporal de oito meses, nos quais o personagem peregrinou com Gomes Freire de Andrada e sua tropa em busca dos limites da Coroa portuguesa no Brasil. O médico constata a degradação do Rio Grande após a sua volta, além da chegada e da partida de mais colonos.

Gaspar transcreve a carta que recebera de Pedro, agora residente em Laguna e transformado em um homem do campo, afastando-se de seu passado e, de certa forma, integrando-se ao que a colonização tinha a oferecer. A respeito do amigo, Gaspar relata:

Um dos poucos amigos que tive. Sinto-me feliz de que esteja bem. Merece. Por tudo o que padeceu, na Ilha e aqui, demonstrou ser um homem. Dobrou o destino à sua vontade, conquistou unicamente com sua energia um lugar seu próprio. Ele que se sentia como que pairando no ar, desagregado de um mundo e de outro, agora finca pés na terra. Porém, da antiga fidalguia o que restará, nestas bandas, onde a nobreza está na boca de canhão ou na rabiça do arado? (Assis Brasil: 1997, 97).

Os parâmetros aristocratas que norteavam a sociedade portuguesa são alterados com a vinda para o Brasil; a “nobreza” está em

ser militar ou possuir terras, já que a maioria dos portugueses que viviam no sul do Império encontravam-se sem uma função, sem um lar, plantando em uma terra que não era sua. A resposta à carta de Pedro é inserida pelo narrador-editor e narra o lapso temporal existente entre os dois últimos cadernos, com a descrição dos motivos da viagem, que não são ideológicos e sim uma nova fuga: “por algum tempo me tirou deste cadinho onde estava sendo triturado junto com elementos os mais variados, desde o despeito de um amor ferido até o sofrimento das pessoas que amo” (Assis Brasil: 1997, 102).

O episódio narrado por Gaspar é cômico: Gomes Freire e sua tropa ficam à espera de um pronunciamento do argentino Valdelírios a respeito da demarcação e do cumprimento do Tratado de Madri – uma forma pacífica de resolver o problema, porém irônica e desrespeitosa para com os portugueses, que ficam acampados no ócio, enquanto milhares de pessoas passam provações em Rio Grande. Cabe salientar que a tomada das Missões é uma grande utopia para o general, que vê essas terras como a solução para os problemas que enfrenta para alocar os colonos e cumprir o edital.

O encontro entre os dois generais e entre as tropas dos dois Impérios ocorre sob uma atmosfera carnavalesca: a notícia, vinda não se sabe por que meio, de que Valdelírios estaria se deslocando para Castilhos Grande; o intuito de Gomes Freire de chegar antes do argentino, partindo do acampamento de forma desordenada, esquecendo até mesmo munição; os vários encontros com ambos os generais vestindo-se com pompa; os presentes trocados entre os militares e, por fim, a ausência de uma resolução concreta, as Missões continuam povoadas pelos índios e pelos jesuítas. Gaspar descreve uma apresentação teatral que os soldados portugueses fizeram para o marquês e para a comitiva:

Fantasiaram-se de Inverno, Verão, Outono e Primavera, Europa e América. Não sei como arranjaram brincos, anéis, saias e penduricalhos para as figuras de mulher. Valdelírios babava-se, batia palmas. Interessou-se pelas figuras “femininas”, quis falar com “elas”, dar-lhes dinheiro. Os soldados, feridos por se verem confundidos, recusaram qualquer coisa em retribuição. [...] O que foi aquela mascarada, meu Dom Pedro! [...] Saí dali envergonhado. Por eles e por mim, que de certo modo fui conivente com tudo aquilo. [...] Quem me assegura que, se não tivesse o poder de controlar-me que me foi ensinado, não estaria também participando daquela fantasmagoria, encenando alguém que não sou, apenas para ter, por uns momentos, a ilusão de não estar com os pés na terra? (Assis Brasil: 1997, 115-6; grifo do autor).

O teatro aponta para o ridículo a que chegava esse encontro para definir a demarcação e, além disso, retrata a fuga desses soldados, por meio da imaginação, da atmosfera que os cercava, em uma espécie de catarse dos próprios “atores” libertando-se das agruras do ofício de militar.

Após transcrever a carta, o narrador dá uma nova pausa, marcando a retomada do diário. Os relatos e os meses que se sucedem assinalam o declínio de Gaspar, que se inicia com a descoberta de que Maria está grávida e de que o filho é seu, já que Covas, o marido traído, confessa que não conseguia manter relações sexuais com a esposa, após terem passado a vergonha de fugirem nus de um incêndio e serem vistos por um grande número de pessoas que voltavam da missa – impotência essa que acentua o caráter parasitário e a figura desprezível, destacada pelo narrador desde o início do romance.

Um sonho com Ana e com o primeiro filho perdido é um presságio do que acontecerá na sequência. Fróis não reclama a

paternidade da criança. Em meio a sua hesitação, há um novo lapso temporal, explicado pelo personagem da seguinte forma:

Quase um mês, ausente deste caderno.

Não por falta de ter o que escrever, que muito teria.

Resumirei. Morreu.

Ao nascer, enforcado no cordão umbilical. Condenado à pena capital, pela culpa de ser meu filho (Assis Brasil: 1997, 151).

Se ao longo do romance a escrita foi uma forma de ordenação do pensamento propiciando a compreensão de toda a miséria humana que presenciara e de sua própria malograda existência, em meio à perda de mais um filho, Gaspar se cala. Nem o ato de escrever é capaz de amenizar a dor repetida: o não perpetuar o ser através de um filho. Se antes o diário continha pequenos lapsos temporais no decorrer dos dias, exceto pelo período em que viajava com Gomes Freire, o sofrimento impõe um novo ritmo; o personagem, que já perdera um primeiro filho e a esposa, perde Maria, que o ignora, e outro filho. E continua sem manter vínculos com as pessoas e com os locais pelos quais passa.

Ao seu drama, junta-se o das novas famílias que chegam em Rio Grande, entre as quais está a de Lorvão, um dos afilhados do pai de Gaspar nas Ilhas. O médico pensa em acabar com o sonho do amigo, contando-lhe a verdade sobre as terras e as promessas da Coroa, mas contém-se, oferecendo abrigo no hospital para ele e sua família, cedendo seu quarto e dormindo na rua para alojar melhor as crianças – o que permite que ele veja a seguinte cena:

Jogados pelos cantos, uns sobre a laje, outros no chão batido, a multidão dos recém-chegados ocupava toda a reentrância, des-

vão ou quina de parede. O padre recolheu alguns na sacristia. No alojamento dos soldados se fez um grande dormitório. O que não coube no presídio foi procurar pousada nas casas vizinhas. Alguns, mais conformados, depois de baterem em mais de uma casa, em vão, acomodaram-se na soleira de uma porta e ali dormiram (Assis Brasil: 1997, 156).

Gaspar conta a verdadeira realidade que circundava Rio Grande: a falta de terras, a demarcação, a partida dos colonos para Viamão e, posteriormente, para as Missões, quando elas fossem conquistadas. A quebra da utopia de Lorvão gera um estado de transe no qual o personagem passa do sonho à loucura e ao suicídio. A respeito do estado do amigo, o narrador afirma:

O homem metido entre quatro paredes, o céu não vê. Nem o homem quer se mostrar a ele, com medo. Consume-se tragando as próprias entranhas magras. Sente, agulhando sua carne, o estilete da promessa não cumprida, da infidelidade, do quebraimento de uma ilusão, tão querida, tão longamente ansiada. Não come para não tragar a terra que não lhe deram. Palmilha a mais negra injustiça (Assis Brasil: 1997, 162).

Em meio à insanidade do amigo e de toda a miséria de seu povo, o médico decide subir ao Porto de Dorneles. Quer fugir, não firmar raízes – nada que ele possa fazer, apesar das inúmeras tentativas ao longo do romance. Através da sua perícia médica e do seu papel de conselheiro dos ilhéus, pode, contudo, mudar a situação dos colonos.

Que representava, agora e ali, o que eu fizesse ou deixasse de fazer?
Em que mudaria o curso das existências sofridas, que desfilaram

seus aleijões na terra prometida e tão logo negada? Se com minha permanência tudo se resolvesse, Lorrão ficasse bom, Brum conseguisse uma casinha, Laio entendesse melhor tudo que lhe acontece (assim seria ao menos uma tentativa de felicidade) e, enfim, tudo seguisse um rumo bom e certo, não só ficaria, como, se fosse preciso, daria até meu pescoço ao cepo do patíbulo. Mas é em vão: nada, absolutamente nada se desviará um milímetro da trajetória, quer eu me amargure, quer eu seja venturoso. E a ventura... não consegui conter um riso (Assis Brasil: 1997, 164-5).

Lorrão, ao saber da partida do amigo, pronuncia uma expressão similar a que outro louco já proferira ao médico – “nos abandona o paizinho” –, matando-se na sequência. Em um primeiro momento, Fróis se mostra indiferente a mais essa morte, considerando-a como uma consequência da loucura. Já na viagem, escreve entre sacos de farinha com os cadernos em cima dos joelhos, pois “quando deixo passar o instante, fico com um grande vazio por dentro, como se tivesse traído a mim mesmo” (Assis Brasil: 1997, 169).

Ao chegar ao Porto de Dorneles e ao arranchamento, constata que a condição dos colonos em nada difere da dos que viviam em Rio Grande; há ainda mais precariedade e pobreza. Essa nova fuga, no entanto, não ameniza o sofrimento, e a desilusão de Gaspar, as lembranças de Ana e o sentimento de inconformismo pela sua morte voltam à tona, fazendo com que o personagem vá perdendo aos poucos o vínculo com a realidade (não come, não dorme), tornando-se incapaz de praticar a medicina. “Procurei rever as velhas fórmulas de poções e tratamentos. Inventava a doença e procurava a cura. Nada. As fórmulas, as retortas, as poções, misturavam-se, embaralhavam-se” (Assis Brasil: 1997, 174).

Os sonhos e delírios se misturam à memória de Ana, na noite de sua perda, e à culpa pela morte de Lorvão; o médico não consegue manter uma conversação com os colonos, não se importa com mais nada, abandona a utopia de poder ajudar as pessoas, perde seus meios. Parte com frei Faustino para Viamão. Na viagem, sonha com um julgamento carnavalesco que o condena à morte e ao inferno. A maior acusadora é Maria, que, com o filho no colo, dançando, profere a sentença “quero... a paulada [...] e depois, direto ao inferno!” (Assis Brasil: 1997, 182). O sonho é a representação da sua culpa por ter sido negligente ao não lutar pelo filho e aceitar pacificamente sua morte.

Em Viamão, após ser acolhido na casa canônica, vai para a cidade à procura do louco que o chamara de “paizinho” em Rio Grande, como se ajudá-lo pudesse diminuir a culpa pelo suicídio de Lorvão; descobre que ele havia sumido no mato. Sem encontrá-lo, questiona-se, já em delírio sobre o seu futuro:

Voltar? E ver minhas mãos tremerem, deixando cair os instrumentos ao chão? E tornar-me o riso de todos? E vir a matar alguém mais?

Por outro lado, ficar? Ouvindo os gritos da mulher do rapaz enlouquecido e seus filhos, famintos, erguendo-me os olhos, arranhando-me o rosto, pedindo pão? E o Rio Grande? A volta ao terrível cenário da tragédia.

Retornar para a Terceira, com o peso de um fracasso derreando os ombros? E aqui e ali, e em toda a parte ouvir os clamores de meus crimes, levantando as campas (Assis Brasil: 1997, 186).

Nessa atmosfera onírica, delirante e de incerteza, volta para a Igreja, na qual vê Nossa Senhora da Conceição transformar-se em

Ana e uma catástrofe instaurar-se na cidade com um anjo negro, em uma personificação do mal, trazendo confusão para os colonos que correm, enquanto soldados bêbados dançam com mulheres de bocas vermelhas e distribuem comunhão aos cachorros. Entretanto, faz-se o silêncio e tudo continua inalterado. O delírio carnalizado evidencia que o médico Gaspar Fróis, em meio a tudo o que vivera, também sucumbiu à loucura. A nota do editor, ao final do romance, esclarece que o Dr. Gaspar nunca mais foi visto e que ele havia sonhado, nas últimas linhas de seu diário, com a invasão dos espanhóis, em 1763.

Gaspar de Fróis personifica o imigrante português que viajava para o Brasil em busca de uma utopia. Contudo, assim como todos os seus compatriotas, o sonho torna-se uma distopia, pois o médico, apesar de integrar-se ao povoado, de exercer uma função social e de passar por um processo conflituoso de transculturação, talvez por ter consciência de que aquela situação não era transitória, enlouquece ao ver o sofrimento do abandono e da morte repetido e ao perder a única forma de auxiliar os ilhéus: a medicina. A narrativa deixa claro que se enfrentava a distopia pela aceitação do que lhe era imposto – a própria viagem colocando “por terra tudo o que poderiam ter de dignidade. Agora, só obedecer” (Assis Brasil: 1997, 31) –, pela esperança de um futuro melhor ou pela recusa em meio à miséria e ao sofrimento – o que trazia, como consequências, a inadequação, como no caso de Laio, ou a loucura, como no caso de Lorvão e Fróis.

Considerações finais

O romance *Um quarto de légua em quadro*, assim como outras obras de Assis Brasil, aponta para a formação identitária do

Rio Grande do Sul, narrando a colonização portuguesa em meados do século XVIII, em uma postura que se afasta da crítica aos colonizadores, uma vez que retrata o sofrimento pessoal e coletivo na perda da identidade e na transculturação que esse povo sofreu ao buscar a utopia de uma vida melhor no Brasil.

A temática do imigrante, já presente nesse livro de estreia, será posteriormente retomada na obra de Assis Brasil, como ocorre, por exemplo, no romance *Videiras de cristal* (1990), no qual o alemão marginalizado e esquecido pela Coroa portuguesa no Rio Grande do Sul torna-se uma ameaça à ordem vigente através de uma seita, comandada por Jacobina Maurer, que pregava uma espécie de socialismo. Os alemães são aniquilados pelo Exército Brasileiro em uma luta desigual, que destrói a comunidade e mata centenas de colonos. Além disso, outras obras do autor, como *O pintor de retratos* (2001) e *Figura na sombra* (2012), narram a vida de personagens europeus que também se deslocaram para o Brasil.

Essa relação com a obra posterior mostra que a formação do Rio Grande do Sul por meio da colonização e da imigração é uma temática importante para o autor. Em *Um quarto de légua em quadro*, o português colonizador é desmitificado por meio de uma leitura humanizada da colonização. O povoado de Rio Grande como ponto estratégico de proteção do domínio português é o cenário do romance, que narra as condições precárias dos primeiros habitantes da região sul da Colônia, causadas pelo clima desfavorável, pelos problemas relacionados às dificuldades de plantio e pelo descaso da Coroa portuguesa, que não cumpria o que prometera a seus súditos, negando-lhes a terra e as condições de subsistência, preocupando-se apenas em ocupar o território e forçar o cumprimento do Tratado de Madri.

O romance é uma espécie de “contrautopia” em relação aos discursos ritualizados da América como espaço propício à construção de uma sociedade ideal (Berndt: 2007, 23-48) e uma forma de desconstrução da figura do colono português como explorador. Além disso, retrata a passagem da utopia dos portugueses que sonhavam com uma vida melhor à distopia em meio às condições subumanas a que eram submetidos.

A transculturação é um processo conturbado para os colonos, pois os que realmente entendem o que se passa enlouquecem, como ocorre com Lorvão e Gaspar de Fróis. O médico, em seu drama pessoal, representa o sentimento de não pertencimento à nova pátria, recusa-se a fixar raízes. Quando se apaixona, é por uma mulher impossível, que representa a não concretização de sua utopia, já que viajou a fim de esquecer os sofrimentos passados em Portugal, mas acaba revivendo o seu drama e perdendo o seu único vínculo com a realidade.

Referências

- ALVES, Francisco das Neves. *O mito do dragão gaúcho*. Rio Grande: FURG, 2004.
- _____. *Cinco ensaios de História das Relações Internacionais do Brasil*. Rio Grande: FURG, 2000.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Um quarto de légua em quadro*. Porto Alegre: Movimento, 1997.
- BERND, Zilé. “As Américas: nascimento e morte das utopias”. *Letras de Hoje*, v. 45, n° 4. Porto Alegre: out./dez. 2010, pp. 67-70.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Representações de etnicidade: perspectivas de literatura e cultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- PORTO, Maria Bernadette Thereza Velloso (org.). *Identidades em trânsito*. Niterói: EdUFF; ABECAN, 2004.
- REIS, Nívea Maria de Freitas. “Transculturação e transculturação narrativa”. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Niterói: EdUFF, 2005, pp. 465-88.
- VERÍSSIMO, Érico. *O continente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. São Paulo: Planeta, 2003.